

ESCOLA DE ESPECIALISTAS DE AERONAUTICA

Termo de Referência 71/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
71/2026	120064-ESCOLA DE ESPECIALISTAS DE AERONAUTICA	LEANDRO DOS SANTOS MARCOLA	22/05/2026 10:15 (v 0.6)
Status	CONCLUIDO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	85/2026	67540.001632/2026-00

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

SERVIÇO COM E SEM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA, OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, EXCETO TIC LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA

ESCOLA DE ESPECIALISTAS DE AERONÁUTICA

Processo Administrativo nº 67540.001632/2026-00

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviço de calibração de equipamentos de precisão, nos termos da tabela do anexo III deste Termo de Referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1. Em caso de divergência entre o detalhamento dos descritivos dos itens registrados no Portal de Compras da União (código CATMAT/CATSER) e os constantes no Termo de Referência, prevalecerão para efeito de entrega e recebimento as deste Termo.

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.2.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato ou do aceite do instrumento equivalente ao contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. Em conformidade ao solicitado pela AGU/CJU em seu Parecer nº 00075 /2024/DECOR/CGU/AGU, de 28/01/2024, onde a possibilidade da renovação do quantitativo original registrado deverá ser realizado por meio de termo aditivo, desde que haja a comprovação /manutenção da vantajosidade de preços atendendo ao princípio da eficiência

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. Fica a cargo da CONTRATANTE a possibilidade do firmamento de contrato a partir da emissão da Nota de Empenho, caso julgue necessário, de acordo com a Minuta de Contrato anexo nos autos do processo, a fim de exaurir a possibilidade de volatilidade de preços no mercado, por meio da justificativa de caso fortuito/força maior, aplicação da teoria da imprevisão e /ou fato príncipe em conformidade com o item 7 e 13 do “Estudo Técnico Preliminar”, onde diz: “Impossibilidade de entrega por parte da contratada, por variação anormal de preço de mercado”.

1.7.1. Esse artifício será utilizado após comprovação do fato através de documento oficial, formalizando um contrato após emissão da nota de empenho e posteriormente possibilitando o reajuste conforme item 6 deste documento.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. Em atenção ao parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 10.947/2022, o objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2026, conforme detalhamento a seguir:

Link de acesso: <https://pncp.gov.br/app/pca/00394429000100/2026/3>

I) ID PCA no PNCP: 00394429000100-0-000003/2026

II) Data de publicação no PNCP: 31/03/2025

III) Id do item no PCA: 22

IV) Classe/Grupo: 872 - SERVIÇOS DE REPARO DE OUTROS BENS

V) Identificador da Futura Contratação: 120064-85/2026

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. De acordo com o a Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, a contratada deverá adotar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR –15448-1 e 15448-2;

b) que sejam observados os requisitos ambientais para obtenção de certificado do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

c) que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção, durante o transporte e armazenamento; e

d) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), Cadmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.1.2. A comprovação do disposto neste item poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre as exigências do referido dispositivo.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. . Não se aplica.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Não se aplica.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não será exigido carta de solidariedade.

4.4.1. Administração entende que essa exigência diminui o interesse de licitantes em participarem do certame, haja vista que a licitação será realizada nos moldes de uma Ata de Registro de Preço, ou seja, não há garantia de que um determinado item será utilizado em sua totalidade ou de modo parcial, o que já diminui a possibilidade do fabricante de um determinado produto se responsabilizar por falha de seu revendedor. Assim, entende-se que, s.m.j., essa exigência é viável somente nos casos em que a Administração lançar uma licitação em que haverá certeza plena de aquisição/contratação da totalidade dos itens. Diante desse escopo, para que a licitação mantenha o princípio da isonomia entre os licitantes, será suprimido essa exigência, já que se algum fabricante se recusar a emitir o documento supramencionado, o licitante será penalizado e impedido de participar da licitação.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.7. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

4.7.1. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.7.3. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.7.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.7.5. A vistoria será agendada exclusivamente através dos telefones: (12) 2131-7445 ou (12) 2131-7446, no seguinte endereço: Seção de Subsistência na Escola de Especialistas de Aeronáutica, situada à Av. Brigadeiro Adhemar Lyrio, s/nº, Bairro do Pedregulho – Guaratinguetá-SP.

4.7.5.1. A vistoria poderá ser agendada no seguinte horário: segunda a quinta feira das 08:00 hs até às 16:30 hs e nas sextas feiras das 08:00 hs até às 12:00 hs.

Instalação de escritório

4.8. Não se aplica.

Margem de Preferência

4.9. Não se aplica.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 5 dias úteis do recebimento da Nota de Empenho;

5.1.2. A contratada deverá executar os serviços com presteza e eficiência, cumprindo rigorosamente o trabalho estabelecido neste termo e acatando sugestões ou instruções da contratante, transmitidas através da fiscalização, inclusive no caso de necessidade da prestação dos serviços em condições especiais de prazo, prioridade ou de emergência;

5.1.3. A contratada deverá apresentar à fiscalização, para cada equipamento calibrado um laudo que certifica que a calibragem está correta, sendo esse laudo certificado pelo INMETRO ou o laudo deve conter o credenciamento da empresa registrada pelo INMETRO, tudo em conformidade com a Norma ISO/IEC 17025;

5.1.4. O laudo deverá apresentar uma tabela com a faixa de divisão da escala adotada para a calibração, bem como apresentar o erro e incerteza da medição na calibração, sendo que eles devem estar dentro dos padrões previstos.

5.1.5. Os trabalhos a serem realizados em horários extraordinários, inclusive sábados, domingos e feriados, deverão ser notificados à fiscalização da contratante;

5.1.6. A contratada só removerá o equipamento, ou qualquer parte deste, mediante consentimento prévio e por escrito do Oficial responsável pelo acompanhamento da execução técnica do serviço, a partir da emissão de uma Ordem de Serviço (OS). Neste caso, a contratada se responsabilizará pelo retorno do equipamento, independente de eventual acidente de qualquer natureza, sob pena de ter que repor o equipamento danificado ou perdido por outro igual ou novo;

5.1.7. A contratada deverá colocar um selo no equipamento após a calibração contendo o nome da empresa, CNPJ, telefone, data da calibração, nome do responsável técnico pela calibração e assinatura do responsável técnico;

5.1.8. Os serviços de calibragem deverão ser executados por profissionais habilitados, sendo necessário que estejam devidamente uniformizados e identificados através de crachá da empresa;

5.1.9. Os serviços de calibração serão executados no local onde os equipamentos encontram-se instalados, exceto nos casos em que haja necessidade de deslocá-los até a oficina da licitante adjudicatária, quando será necessária a autorização de oficial responsável, sem que o deslocamento incorra em qualquer ônus adicional para a mesma;

5.1.10. A contratada deverá manter os equipamentos em perfeitas condições operacionais e de segurança após a calibração;

5.1.11. A contratada deverá ter pessoal previamente treinado para atuar com rapidez e eficiência em todos os casos;

5.1.12. A contratada deverá dispor de todos os meios e materiais necessários para a ação como aparelhos de medição e teste adaptados aos equipamentos existentes e disponíveis no próprio local, bem como seu pessoal deverá estar devidamente uniformizado, identificado e munido de equipamentos de proteção individual (EPI);

5.1.13. A contratada deverá dispor de ferramentas adequadas para todos os tipos de intervenções necessárias que se convencionou realizar no local;

5.1.14. Fica proibida qualquer modificação nos equipamentos que venham alterar suas características originais ou atuais;

5.1.15. Havendo necessidade de remoção total ou parcial do equipamento do local para realização de procedimentos de calibração os custos decorrentes da desinstalação, transporte e reinstalação são de total responsabilidade da empresa; e

5.1.16. Os serviços de calibração discriminados na tabela do anexo III deste Termo de Referência serão realizados nos próprios setores.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

a) Escola de Especialistas de Aeronáutica, situada à Av. Brigadeiro Adhemar Lyrio, s/nº, Bairro do Pedregulho – Guaratinguetá-SP; e

b) Aeroporto Edu Chaves, situado à R. Xavantes, 4453, Bairro do Pedregulho – Guaratinguetá-SP.

5.2.1. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

a) Segunda a quinta feira das 08:00 hs até às 16:30 hs; e

b) Sexta feira das 08:00 hs até às 12:00 hs.

Rotinas a serem cumpridas

5.3. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.3.1. A calibragem dos equipamentos, deverá ser efetuada de acordo com os manuais e normas técnicas específicas de cada equipamento em conjunto com a Norma ISO/IEC 17025, garantindo-lhes perfeitas condições de operação.

5.3.2. A contratada após cada calibração deverá apresentar em laudo certificador conforme item 5.1.3 e 5.1.4 deste documento.

5.3.3. Caso a contratada identifique que o equipamento não possa mais ser calibrado por desgaste natural de suas peças ou por falta de manuseio adequado do equipamento, ela deverá gerar relatório contendo as informações pertinentes a fim de orientar a contratante da inutilização do equipamento e recomendação de aquisição de um novo.

Materiais a serem disponibilizados

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

PREVISÃO PARA 12 MESES		
MATERIAL	UNIDADE	QUANTIDADE
GRAXA SIMILAR A MARCA VONDER	KG	0,5
SOLVETE SIMILAR A MARCA HAMMERITE	L	0,5
SILICONE SIMILAR A MARCA TEK BOND	KG	0,5
CHAVE DE FENDA	UN	1
CHAVE PHILLIPS	UN	1
CHAVE ALLEM	UN	1
CHAVE TESTE	UN	1
CHAVE ESTRELA	UN	1
CHAVE INGLESA	UN	1
CHAVE COMBINADA	UN	1
ALICATE PADRÃO	UN	1
ALICATE DE BICO	UN	1

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. Após cada calibração deverá apresentar em laudo certificador conforme item 5.1.3 e 5.1.4 deste documento; e

5.5.2. Identificada a impossibilidade de calibragem nos equipamentos, a contratada deverá gerar relatório conforme item 5.3.3 deste documento.

Disposições específicas para contratações integradas e semi-integradas

5.6. Não se aplica.

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

5.8. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada pelo órgão Contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens mínimos seguintes:

5.8.1. Camiseta com identificação da contratada;

5.8.2. Calça;

5.8.3. Bota de segurança com bico de aço;

5.8.4. Demais EPI's próprios para o serviço a ser realizado; e

5.8.5. Crachá de Identificação do funcionário da contratada.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.9. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da execução do serviço.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8 receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto em Anexo.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Execução do serviço de calibração;

7.4.2. Utilização de EPI's, uniformização e identificação; e

7.4.3. Execução da limpeza.

Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.6 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período 5 (cinco) dias.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

I) o prazo de validade;

II) a data da emissão;

III) os dados do contrato e do órgão contratante;

IV) o período respectivo de execução do contrato;

V) o valor a pagar; e

VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

7.33.1. Foi adotado esse índice devido a sua relevância na medição da inflação no país, já que o governo federal o utiliza como referência para medir metas de inflação ou alteração na taxa de juros, sendo que essas medidas impactam diretamente nos produtos comercializados, e indiretamente nos serviços, já que o frete fica mais caro (ex.: aumento de combustíveis). Lembro ainda que o IBGE faz levantamento mensal em 13 grandes áreas urbanas do país, abarcando aproximadamente 430 mil preços em 30 mil locais diferentes, o que o torna confiável para aplicação nesse caso.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.38. A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Reoneração gradual da folha de pagamento

7.39. Não se aplica.

Repactuação

7.40. Não se aplica.

Reajuste

7.41. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20/03/2026.

7.42. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.43. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.44. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.45. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.46. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.47. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.48. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.49. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.49.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.49.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.49.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.49.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.50. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Conta - Depósito Vinculada

7.51. Não se aplica.

Pagamento pelo fato gerador

7.52. Não se aplica.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do contrato será de empreitada por preço unitário.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4. Solicitação de diligência para fins de verificação de preço da proposta.

9.4.1. Caso a proposta esteja com seu valor inferior a 75% do valor orçado pela Administração, ou seja, realizar o seguinte procedimento matemático (0,75 x Valor Estimado).

9.4.1.1. A diligência busca comprovar por meio de documentos fiscais que o fornecedor tem condições de realizar as entregas sem qualquer prejuízo a Administração.

9.4.1.2. Serão válidos:

9.4.1.2.1. Documentos fiscais da execução do serviço do licitante que contiverem data anterior ao dia da divulgação do Edital e possuírem a descrição similar ao produto ofertado no documento fiscal, bem como o seu valor unitário deve estar abaixo da proposta final na fase de lance com a devida correção via IPCA para fins de comprovação da exequibilidade da proposta. Entende-se como descrição similar a compatibilidade de equipamento conforme exemplo abaixo:

(ITEM DO PROCESSO) Serviço de aferição, calibração e medição de máquinas, instrumentos, sensores, padrões e equipamentos com certificado do INMETRO, balança Balmak ELC-15, capacidade 15 kg, nº de série 0133p84.

(ITEM DO DOCUMENTO FISCAL) calibração de balança de 15kg da marca RAMUZA.

OU

9.4.1.2.2. Orçamento enviado a outros entes públicos para composição de processos licitatórios que contiverem data anterior ao dia da divulgação do Edital e possuírem a descrição similar ao produto ofertado e o documento deve estar assinado e anexado a ele juntamente com o e-mail enviado ao Órgão Público, bem como o seu valor unitário deve estar abaixo da proposta final na fase de lance com a devida correção via IPCA para fins de comprovação da exequibilidade da proposta. Entende-se como descrição similar a compatibilidade de equipamento conforme exemplo abaixo:

(ITEM DO PROCESSO) Serviço de aferição, calibração e medição de máquinas, instrumentos, sensores, padrões e equipamentos com certificado do INMETRO, balança Balmak ELC-15, capacidade 15 kg, nº de série 0133p84.

(ITEM DO ORÇAMENTO ENVIADO AO EXÉRCITO BRASILEIRO) calibração de balança de 15kg da marca TOLEDO.

9.4.1.2.3. A correção via IPCA prevista para os documentos fiscais ou orçamentos enviados a outros entes públicos busca atualizar os valores unitários para a realidade atual de mercado, atualizando assim os documentos apresentados pelo licitante para a realidade atual vivida, sendo essa atualização feita pelo IPCA acumulado do mês extraída do site <https://www.ibge.gov.br/explica/inflacao.php>.

9.4.2. Compreende-se como documentos fiscais para fins de comprovação para esse certame as Notas Fiscais Eletrônicas, que possua chave de acesso para consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizada.

9.4.2.1. Os documentos fiscais NÃO deverão encontrar-se na situação “CANCELADA”.

9.4.2.2. Caso a proponente opte por demonstrar sua exequibilidade através de comprovante via orçamento a outros entes públicos e não enviar em anexo o e-mail de comprovação de envio aquele Órgão, o comprovante será desconsiderado.

9.4.3. Esse procedimento busca mitigar possíveis intercorrências com relação a prática de “mergulho de preços” conforme Voto do Ministro Bruno Dantas que embasou o recente Acórdão 2640/2019-TCU-Plenário: “38. Ora, **nem o pregão presencial, nem o eletrônico, impedem o “mergulho de preços”, pois os fornecedores são livres para ofertarem seus lances. Não há salvaguarda legal ou procedimental que evite ou mitigue, antecipadamente, os riscos de ocorrência de tal prática. O que deve estar previsto no instrumento convocatório são os critérios de aceitabilidade de preços. Em adição, deve ser feita, a posteriori, a avaliação da exequibilidade da proposta vencedora. Em nenhuma medida, o valor do certame é indicativo para a definição do tipo do pregão.**”

9.4.4. Segue abaixo um exemplo de diligência para afastar possíveis dúvidas por parte dos licitantes:

EXEMPLO DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS								
TERMO DE REFERÊNCIA		PROPOSTAS						
Faixa de valores isentos a diligência								
ITEM	Valor Estimado (Limite Máximo)	Limite Mínimo	Limite Máximo	Limite Mínimo				
1	R\$ 10,00	R\$ 7,50	R\$ 7,49	R\$ 5,63				
<div>Este exemplo é meramente ilustrativo, sendo que ele não representa a realidade de mercado.</div>					Comprovante Fiscal de Venda do Licitante			
					Data do comprovante		Data da divulgação do Edital	
					01/02/2021		01/04/2021	
					Comprovante Via Orçamento a Outros Entes Públicos			
					Data do comprovante		Data da divulgação do Edital	
					24/07/2006		01/04/2021	
					Orçamento ao Exército Brasileiro		E-mail enviado ao Exército Brasileiro	

Este exemplo é meramente ilustrativo, sendo que ele não representa a realidade de mercado.

9.4.4.1. No exemplo acima, podemos perceber que caso o proponente ofereça sua proposta na fase de lances entre os valores de R\$10,00 até R\$7,50, não será exigido comprovante, haja vista que a Administração entende que os valores estão dentro do praticado no mercado, dando a entender que a proposta irá manter-se para homologação do certame, sem qualquer intercorrência no período de vigência da Ata de Registro de Preço, salvo em situações anormais de mercado, a exemplo da pandemia do COVID-19, greve dos caminhoneiros, e entre outros fatores anômalos.

9.4.4.2. Continuando no exemplo da tabela acima, percebe-se que caso o proponente ofereça sua proposta na fase de lances entre os valores de R\$7,49 até R\$0,00, será realizada diligência para comprovação da exequibilidade da proposta, visto que a Administração entende que os valores podem não estar dentro do praticado no mercado, dando a entender que a proposta não irá manter-se durante a vigência da Ata de Registro de Preço, colocando a rotina desta OM em situação de paralização parcial, ou, até mesmo total, isso, sem contar com fatores anormais de mercado, a exemplo da pandemia do COVID-19, greve dos caminhoneiros, e entre outros fatores anômalos.

9.4.4.2.1. Nessa esteira, a fim de dar ao proponente a possibilidade de ampla defesa, com base no princípio do contraditório, essa Administração coloca a **apresentação de comprovantes** acima citados para seu resguardo, com vistas ao perfeito cumprimento do calendário de licitações e recebimento dos itens pretendidos conforme disponibilidade orçamentária, assim, segue abaixo um exemplo de diligência de comprovantes para afastar possíveis dúvidas por parte dos licitantes:

Este exemplo é meramente ilustrativo, sendo que ele não representa a realidade de mercado.					DILIGÊNCIA			
VALOR DO TERMO DE REFERÊNCIA	VALOR DA PROPOSTA	ISENÇÃO DE DILIGÊNCIA	DILIGÊNCIA	PROPOSTA	DATA DO COMPROVANTE	VALOR DO COMPROVANTE	VALOR DO COMPROVANTE AJUSTADO IPCA	APROVAÇÃO / REPROVAÇÃO
R\$ 10,00	R\$ 5,00	R\$ 7,50	R\$ 7,49	DILIGÊNCIA	01/02/2021	R\$ 3,65	R\$ 4,93	APROVADO
R\$ 10,00	R\$ 6,00	R\$ 7,50	R\$ 7,49	DILIGÊNCIA	24/07/2006	R\$ 5,00	R\$ 14,73	REPROVADO
R\$ 10,00	R\$ 7,80	R\$ 7,50	R\$ 7,49	OK				APROVADO

9.4.5. Vale explicitar aqui que foi utilizada o art. 59, § 4º da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, para determinar preços inexequíveis, mesmo ele amparando os casos de obras e serviços de engenharia, contudo, esse processo contempla serviço comum, e a Lei não determina um parâmetro para esse caso, então, configura-se “LACUNA DA LEI”, que é um vazio ou uma incompletude do ordenamento legislativo por inexistência de uma norma jurídica aplicada in concreto, ou seja, inexistência de dispositivo aplicável ao caso concreto ou de um critério para que se saiba qual norma aplicar. Nesse diapasão, pode-se aplicar “TÉCNICAS DE INTEGRAÇÃO DA LEI”, que está previsto no art. 4º da LINDB (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), estabelece que são os métodos de integração normativa a analogia, os costumes e os princípios gerais do direito, ou seja, havendo lacuna na lei deve-se utilizar a Lei prevista mais próxima por analogia/costumes/princípios gerais do direito.

9.4.6. Informamos que os critérios de avaliação da exequibilidade das propostas está de acordo com a DCA 16- 1, que versa sobre a Governança no Comando da Aeronáutica, bem como a DCA 16-2, que versa sobre a Gestão de Riscos no Comando da Aeronáutica.

Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.14. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.15. Ato de autorização: não se aplica.

9.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.22. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.25. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.26. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Qualificação Técnica

9.27. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.27.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, tudo conforme itens 4.7 ao 4.7.5.1 deste Termo de Referência.

Qualificação Técnico-Operacional

9.28. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.28.1. Segue os requisitos para fins da comprovação de que trata este subitem:

9.28.1.1. Os atestados de capacidade técnica deverão dizer respeito a contratos executados e/ou documentos fiscais que corresponder pelo menos as quantidades da REQUISICÃO MÍNIMA prevista na tabela do anexo III deste Termo de Referência, onde a Administração terá condições de verificar se o licitante tem as condições mínimas de realizar os serviços previstos.

9.28.1.2. Compreende-se como **contratos executados** para fins de comprovação para esse certame os documentos emitidos por órgãos governamentais federais, estaduais, municipais, autarquias, fundos, empresas públicas e sociedades de economia mista assinadas por autoridade competente e remetidas ao licitante.

9.28.1.3. Compreende-se como **documentos fiscais** para fins de comprovação para esse certame as Notas Fiscais Eletrônicas, que possua chave de acesso para consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz Autorizada, sendo que os documentos fiscais **NÃO** deverão encontrar-se na situação **“CANCELADA”**.

9.28.1.4. Os **contratos executados e/ou os documentos fiscais** poderão ser combinados ou não, para atingirem ao quantitativo mínimo estabelecido para fins dessa comprovação.

9.28.1.5. Esse procedimento vem demonstrar para a Administração que a licitante tem a expertise do seu ramo de trabalho, sendo essa capacidade/experiência acumulativa, contudo, estamos falando de um processo que trata de calibração em equipamentos de precisão, assim, essa verificação está exigindo que o quantitativo mínimo em que a licitante está participando, e com a possibilidade de combinar ou não vários comprovantes que estejam dentro do prazo de validade, e que estejam dentro do OBJETO DO CERTAME, assim, segue abaixo um pequeno exemplo para dirimir eventuais dúvidas:

9.28.1.5.1. Imaginemos um cenário hipotético, onde um licitante participe somente de 3 itens, onde eles são: **Balança Balmak ELC-15, capacidade 15 kg, Balança Mecânica Filizola, capacidade 300 kg e Balança Eletrônica Líder, capacidade 300 kg**, com as suas requisições mínimas equivalentes a 1 und cada, sendo o total desse quantitativo de 3 und, então, a licitante terá que entregar um comprovante, ou vários comprovantes que atinjam pelo menos 3 calibrações realizadas, sendo que os comprovantes poderão ser dos mais diversos itens QUE ESTEJAM DENTRO DO ESCOPO DO OBJETO DO CERTAME, ou seja, se a licitante comprovar as 3 calibrações com documentos fiscais de calibração em balanças, termômetros, termo-higrômetros, densímetros, manômetros e entre outros equipamentos que compõem o ramo de aferição/calibração, conjuntamente estará válido o atestado, pois, o que se pretende neste caso é verificar a capacidade da empresa em realizar as calibrações, assim, esse requisito utiliza de maneira razoável e proporcional os princípios da ampla participação, competitividade e razoabilidade previstos na Lei nº 14.133/2021 para averiguação das capacidades da licitante.

9.28.1.5.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.28.1.6 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.28.1.7. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.28.1.8. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.28.1.9. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.29. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.30. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.31. Não se aplica.

Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.37. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.37.1. . A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.37.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.37.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.37.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.37.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.37.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.37.6.1. ata de fundação;

9.37.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.37.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.37.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.37.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.37.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.37.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 19.435,40 (dezenove mil quatrocentos e trinta e cinco reais e quarenta centavos), conforme custos unitários apostos na tabela do anexo III deste Termo de Referência em consonância com o documento "Pesquisa de Preço".

10.4. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.4.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.4.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.4.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I

ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias corridos, contado a partir da data de sua convocação, conforme item 5 do Termo de Referência, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;

3.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

3.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

3.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

3.1.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

3.1.16. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.2. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.5. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

4.1.6 Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

4.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

4.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência contratual.

4.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

- 4.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 4.1.15. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 4.1.16. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 4.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
- 4.1.18. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 4.1.19. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 4.1.20. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta;
- 4.1.21. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 4.1.22. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.23. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.24. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.25. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 4.1.26. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo Contratante.
- 4.1.27. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 4.1.28. Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 4.1.29. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 4.1.30. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização contratual, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 4.1.31. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 4.1.32. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 4.1.33. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante.
- 4.1.34. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

- 4.1.35. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 4.1.36. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 4.1.37. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 4.1.38. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:
- 4.1.38.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.
- 4.1.38.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata.
- 4.1.39. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.
- 4.1.40. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.
- 4.1.41. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

5. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 5.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da licitação ou da contratação, a partir da apresentação da proposta no certame, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 5.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 5.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 5.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
- 5.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 5.6. É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 5.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

5.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

5.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

5.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

5.11. O presente instrumento está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

5.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

6. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

6.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

6.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

6.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

6.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

6.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

6.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

6.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

6.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

6.4.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

6.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

6.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

6.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

6.5.3. Indenizações e multas.

6.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

6.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão

contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

7. DOS CASOS OMISSOS

7.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

8. ALTERAÇÕES

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

8.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

8.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Guaratinguetá, 18ª Subseção Judiciária de São Paulo para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, o contratado _____ declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº _____/20_____, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, _____ de _____ de 20_____.

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUIZ FELIPE REIS COUTO

Presidente da Comissão de Confecção de PAM/S

RODRIGO DE OLIVEIRA CORREA

Ordenador de Despesas por Delegação



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA







CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	TR_120064-000071-2026
Data/Hora de Criação:	22/05/2026 13:17:37
Páginas do Documento:	29
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	30
Hash MD5:	e54e82256ebc2800f35549de4d568eab
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura


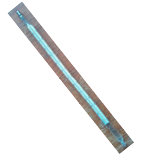

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:


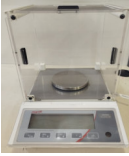


Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten LUIZ FELIPE REIS COUTO no dia 22/05/2026 às 10:36:27 no horário oficial de Brasília.

TABELA DE ITENS DO ITEM 1.1 DO TERMO DE REFERÊNCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	EQUIPAMENTO	Nº DE SÉRIE	FOTO ILUSTRAÇÃO	CATMAT	UNIDADE	REQUISICÃO MÍNIMA	REQUISICÃO MÁXIMA	QUANTIDADE	VALOR ESTIMADO	VALOR TOTAL
1	Serviço de aferição, calibração e medição de máquinas, instrumentos, sensores, padrões e equipamentos com certificação INMETRO ou laudo de empresa registrada pelo INMETRO conforme ISO/IEC 17025	Balança Balmak ELC-15, capacidade 15 kg	0133p84 035465		14427	UN	1	1	4	R\$ 258,37	R\$ 1.033,48
2	Serviço de aferição, calibração e medição de máquinas, instrumentos, sensores, padrões e equipamentos com certificação INMETRO ou laudo de empresa registrada pelo INMETRO conforme ISO/IEC 17025	Balança Mecânica Filizola, capacidade 300 kg	S/N		14427	UN	1	1	2	R\$ 315,60	R\$ 631,20
3	Serviço de aferição, calibração e medição de máquinas, instrumentos, sensores, padrões e equipamentos com certificação INMETRO ou laudo de empresa registrada pelo INMETRO conforme ISO/IEC 17025	Balança Filizola modelo 55.5070, capacidade 600 kg	405/2012 381/2012		14427	UN	1	1	4	R\$ 318,50	R\$ 1.274,00
4	Serviço de aferição, calibração e medição de máquinas, instrumentos, sensores, padrões e equipamentos com certificação INMETRO ou laudo de empresa registrada pelo INMETRO conforme ISO/IEC 17025	Balança Eletrônica Líder, capacidade 300 kg	112077 115255		14427	UN	1	1	4	R\$ 315,60	R\$ 1.262,40
5	Serviço de aferição, calibração e medição de máquinas, instrumentos, sensores, padrões e equipamentos com certificação INMETRO ou laudo de empresa registrada pelo INMETRO conforme ISO/IEC 17025	Termômetro TESTO T826-T4	42500425/202 42500427/202 42501172/202 42500440/202		14427	UN	1	1	8	R\$ 136,69	R\$ 1.093,52
6	Serviço de aferição, calibração e medição de máquinas, instrumentos, sensores, padrões e equipamentos com certificação INMETRO ou laudo de empresa registrada pelo INMETRO conforme ISO/IEC 17025	Balança Líder - B-530, capacidade de 300kg	91232		14427	UN	1	1	2	R\$ 309,61	R\$ 619,22

7	Serviço de aferição, calibração e medição de máquinas, instrumentos, sensores, padrões e equipamentos com certificação INMETRO ou laudo de empresa registrada pelo INMETRO conforme ISO/IEC 17025, ISO 17123 e NBR ISO9001:2024	ESTAÇÃO TOTAL MARCA GEOMAX, MODELO ZOOM 30-5"	5536754		14427	UN	1	1	2	R\$ 430,32	R\$ 860,64
8	Serviço de aferição, calibração e medição de máquinas, instrumentos, sensores, padrões e equipamentos com certificação INMETRO ou laudo de empresa registrada pelo INMETRO conforme ISO/IEC 17025, ISO 17123 e NBR ISO9001:2024	Prensas Hidráulicas para Ensaio de Concreto, Solo e Asfalto	S/N		14427	UN	1	1	4	R\$ 235,66	R\$ 942,64
9	Serviço de aferição, calibração e medição de máquinas, instrumentos, sensores, padrões e equipamentos com certificação INMETRO ou laudo de empresa registrada pelo INMETRO conforme ISO/IEC 17025	Termo-Higrômetros para medição da umidade de ar, em combinação com a temperatura em paio, depósito de alimentos, incubadoras, etc	S/N		14427	UN	1	1	8	R\$ 168,42	R\$ 1.347,36
10	Serviço de aferição, calibração e medição de máquinas, instrumentos, sensores, padrões e equipamentos com certificação INMETRO ou laudo de empresa registrada pelo INMETRO conforme ISO/IEC 17025	Régua de Medição de tanque de combustível com 2 metros de escala milimetrada	S/N		14427	UN	1	1	2	R\$ 83,67	R\$ 167,34
11	Serviço de aferição, calibração e medição de máquinas, instrumentos, sensores, padrões e equipamentos com certificação INMETRO ou laudo de empresa registrada pelo INMETRO conforme ISO/IEC 17025	Densímetro para combustíveis (faixa de 0,700 a 0,750 g/ml) (faixa de 0,750 a 0,800 g/ml) (faixa de 0,800 a 0,850 g/ml)	S/N		14427	UN	1	1	8	R\$ 124,75	R\$ 998,00
12	Serviço de aferição, calibração e medição de máquinas, instrumentos, sensores, padrões e equipamentos com certificação INMETRO ou laudo de empresa registrada pelo INMETRO conforme ISO/IEC 17025	Termômetro de Mercúrio (faixa de 20 a 100 °C)	S/N		14427	UN	1	1	4	R\$ 148,50	R\$ 594,00
13	Serviço de aferição, calibração e medição de máquinas, instrumentos, sensores, padrões e equipamentos com certificação INMETRO ou laudo de empresa registrada pelo INMETRO conforme ISO/IEC 17025	Bomba Medidora de Combustível Gilbarco	S/N		14427	UN	1	1	4	R\$ 320,00	R\$ 1.280,00

14	Serviço de aferição, calibração e medição de máquinas, instrumentos, sensores, padrões e equipamentos com certificação INMETRO ou laudo de empresa registrada pelo INMETRO conforme ISO/IEC 17025	Balde Graduado 20 litros marca Jactoil	S/N		14427	UN	1	1	4	R\$ 72,50	R\$ 290,00
15	Serviço de aferição, calibração e medição de máquinas, instrumentos, sensores, padrões e equipamentos com certificação INMETRO ou laudo de empresa registrada pelo INMETRO conforme ISO/IEC 17025	Medidor Volumétrico (totalizador) de QAV-1, Modelo ZC 1720, Range 0~9999999,0L	S/N		14427	UN	1	1	4	R\$ 750,00	R\$ 3.000,00
16	Serviço de aferição, calibração e medição de máquinas, instrumentos, sensores, padrões e equipamentos com certificação INMETRO ou laudo de empresa registrada pelo INMETRO conforme ISO/IEC 17025	Manômetro analógico do tipo Bourdon, range 0~60 PSI, marca Acepil	S/N		14427	UN	1	1	2	R\$ 112,20	R\$ 224,40
17	Serviço de aferição, calibração e medição de máquinas, instrumentos, sensores, padrões e equipamentos com certificação INMETRO ou laudo de empresa registrada pelo INMETRO conforme ISO/IEC 17025	Régua de 4 metros para Medição de Tanque - Com Válvula	S/N		14427	UN	1	1	2	R\$ 47,50	R\$ 95,00
18	Serviço de aferição, calibração e medição de máquinas, instrumentos, sensores, padrões e equipamentos com certificação INMETRO ou laudo de empresa registrada pelo INMETRO conforme ISO/IEC 17025	Termômetro de Análise de Derivados de Petróleo entre 10° e +50°C	S/N		14427	UN	1	1	2	R\$ 148,50	R\$ 297,00
19	Serviço de aferição, calibração e medição de máquinas, instrumentos, sensores, padrões e equipamentos com certificação INMETRO ou laudo de empresa registrada pelo INMETRO conforme ISO/IEC 17025	Balança Modelo-LS200, Classe III, Capacidade máx: 201 kg, Mín: 1 kg Fabricante: Marte Científica e Instrumentação Ltda	S/N		14427	UN	1	1	2	R\$ 303,28	R\$ 606,56
20	Serviço de aferição, calibração e medição de máquinas, instrumentos, sensores, padrões e equipamentos com certificação INMETRO ou laudo de empresa registrada pelo INMETRO conforme ISO/IEC 17025	Balança Modelo R/I W-1000, Classe III- Capacidade máx: 1000 kg, Mín: 4 kg Fabricante: Welmy Indústria e Comércio	S/N		14427	UN	1	1	2	R\$ 318,00	R\$ 636,00

21	Serviço de aferição, calibração e medição de máquinas, instrumentos, sensores, padrões e equipamentos com certificação INMETRO ou laudo de empresa registrada pelo INMETRO conforme ISO/IEC 17025	Terrômetro eletrônico MTA- 1000 marca MEGADRAS	S/N		14427	UN	1	1	2	R\$ 277,69	R\$ 555,38
22	Serviço de aferição, calibração e medição de máquinas, instrumentos, sensores, padrões e equipamentos com certificação INMETRO ou laudo de empresa registrada pelo INMETRO conforme ISO/IEC 17025	Balança Semi-Analítica AD500, capacidade de 500g	346630		14427	UN	1	1	2	R\$ 254,07	R\$ 508,14
23	Serviço de aferição, calibração e medição de máquinas, instrumentos, sensores, padrões e equipamentos com certificação INMETRO ou laudo de empresa registrada pelo INMETRO conforme ISO/IEC 17025	Balança Modelo-2096, Classe III PP, Capacidade máx: 200 kg, Mín: 1 kg Fabricante: Toledo do Brasil indústria Ltda de balanças	S/N		14427	UN	1	1	2	R\$ 279,78	R\$ 559,56
24	Serviço de aferição, calibração e medição de máquinas, instrumentos, sensores, padrões e equipamentos com certificação INMETRO ou laudo de empresa registrada pelo INMETRO conforme ISO/IEC 17025	Balança Modelo-W-200/5, Classe III, Capacidade máx: 200 kg, Mín: 1 kg Fabricante: WELMY - indústria e Comércio Ltda	S/N		14427	UN	1	1	2	R\$ 279,78	R\$ 559,56
TOTAL										R\$ 19.435,40	



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Anexo III do TR - Tabela de Itens do Item 1.1 do Termo de Referência
Data/Hora de Criação:	31/03/2026 13:46:05
Páginas do Documento:	4
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	5
Hash MD5:	28161b70f52cab4d76d21c13d8218a9b
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten LUIZ FELIPE REIS COUTO no dia 31/03/2026 às 11:18:30 no horário oficial de Brasília.

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO - IMR

INDICADOR		
Nº 01 - Execução do serviço de manutenção/calibração – Quantidade de apontamentos/reclamações realizados		
Item	Descrição	Apontamentos
Finalidade	Garantir a calibração dos equipamentos	
Meta a cumprir	Menor que 0 apontamentos/reclamações	
Instrumento de medição	Contagem do número de apontamentos realizados pelo fiscal e de reclamações dos usuários após a calibragem	
Forma de acompanhamento	Controle por parte dos fiscais acerca dos apontamentos e reclamações de possível equipamento continuar descalibrado ou descumprimento de prazo na execução	
Periodicidade	Durante a execução da calibragem e após utilização na rotina do setor até 24 hs após a manutenção, em dias úteis	
Mecanismo de calculo	Somatório	
Início da vigência	Data da assinatura do contrato	
Faixas de ajuste do pagamento	Até 0 apontamentos/reclamações = 100% do valor do contrato	
	Até 1 apontamentos/reclamações = 90% do valor do contrato	
	Maior ou igual a 2 apontamentos/reclamações = 80% do valor do contrato	
Sanções	Conforme Termo de Referência	
Observações		
Nº 02 - Utilização de EPI's, uniformização e identificação - Quantidade de apontamentos/reclamações realizados		
Item	Descrição	Apontamentos
Finalidade	Garantir que a contratada utilize os equipamentos de proteção individual corretamente	
Meta a cumprir	Menor que 0 apontamentos/reclamações	
Instrumento de medição	Contagem do número de apontamentos realizados pelo fiscal	

Forma de acompanhamento	Controle por parte dos fiscais acerca dos quanto a não utilização de EPI's	
Periodicidade	Durante a execução da calibragem	
Mecanismo de calculo	Somatório	
Início da vigência	Data da assinatura do contrato	
Faixas de ajuste do pagamento	Até 0 apontamentos/reclamações = 100% do valor do contrato	
	Até 1 apontamentos/reclamações = 90% do valor do contrato	
	Maior ou igual a 2 apontamentos/reclamações = 80% do valor do contrato	
Sanções	Conforme Termo de Referência	
Nº 03 – Limpeza do local após manutenção/calibragem - Quantidade de apontamentos/reclamações realizados		
Item	Descrição	Apontamentos
Finalidade	Garantir que o equipamento e o local onde foi realizado a calibragem estejam limpos	
Meta a cumprir	Menor que 0 apontamentos/reclamações	
Instrumento de medição	Contagem de apontamentos realizados pelo fiscal	
Forma de acompanhamento	Controle por parte dos fiscais acerca dos apontamentos	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de calculo	Somatório	
Início da vigência	Data da assinatura do contrato	
Faixas de ajuste do pagamento	Até 0 apontamentos/reclamações = 100% do valor do contrato	
	Até 1 apontamentos/reclamações = 90% do valor do contrato	
	Maior ou igual a 2 apontamentos/reclamações = 80% do valor do contrato	
Sanções	Conforme Termo de Referência	

Guaratinguetá, ____ de _____ de 20____.

Presidente da Comissão de Fiscalização de Contrato

Ciente:

Representante da Firma



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Anexo IV do TR -INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)
Data/Hora de Criação:	31/03/2026 13:46:36
Páginas do Documento:	3
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	4
Hash MD5:	906ade4ad43c0a266e33e8244dfd21e9
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten LUIZ FELIPE REIS COUTO no dia 31/03/2026 às 11:18:30 no horário oficial de Brasília.